

Charges de Angelo Agostini: crítica à qualidade da água da Bica Miguel Carlos, jornal *O Cabrião*; embaixo, falta de água nos chafarizes, *O Diabo Coxo*. 1866.



Em 1820 se instalaria em São Paulo uma filial do Banco do Brasil e, no ano seguinte, a cidade seria indicada para sediar uma faculdade. E 1822 marcaria definitivamente a história de São Paulo, com os acontecimentos políticos e a presença de D. Pedro a proclamar a Independência.

Conta a lenda que foi à beira do Ipiranga – ou melhor “do Ipiranga, às margens plácidas” –, onde D. Pedro gritou “Independência ou Morte!”. Pois o riacho é um afluente do Tamanduateí, tem sua nascente no atual Jardim Botânico e seu nome ensejou aos primeiros paulistanos a preferência para o batismo de muitas terras a sudoeste da cidade.

Uma cidade habitada por 20 mil pessoas, com 38 ruas, dez travessas e seis becos.

Além desse núcleo, assinalavam-se os bairros que se estendiam além das correntes de água. Quem saísse do centro pela ponte do Lavapés, encontraria, a caminho do Ipiranga, uma população de 42 habitantes distribuídos por oito fogos. Para além da ponte do Lorena, desdobravam-se os bairros do Piques, de Pinheiros, de Embuaçava e de Piraju-

Várzea do Carmo, 1894. À direita, o Pátio do Colégio; à esq., a Igreja de São Paulo, Praça da Sé.



çara, com um total de 150 fogos, 763 moradores. Transpondo-se a ponte do França, sobre o Tamandateí, chegava-se na planície dos bairros do Brás, do Pari e do Tatuapé, cuja população era de 186 habitantes.

A população crescia, o abastecimento de água continuava precário e defasado. Houve momentos em que a já pouco recomendável água do Tamandateí era oferecida em pipas, à porta de casa, por preços que variavam de 40 a 80 réis o barril de vinte litros.

A atividade dos aguadeiros numa cidade de 20 mil habitantes não poderia ser pouco rendosa. Os chafarizes viviam danificados, com constantes atritos entre negros escravos e aguadeiros. Estes queriam prioridade, afinal comerciavam. Entre eles, muitos portugueses, ganhando, ao que parece, bom dinheiro, a se considerar um relato enviado à Corte no qual um deles comentava as facilidades encontradas: “As águas são boas; o povo é burro; as águas são deles e nós lhas vendemos.”

Rua 25 de Março, em 1898.



As enchentes passaram a se constituir num dos grandes problemas da cidade. Já em 1810 fora construída uma vala pelo centro da Várzea do Carmo, pois o Tamanduateí infligia à cidade doenças, além dos constantes alagamentos. Não havia recursos para a retificação e canalização do rio. Em 1827, o projeto de drenagem ficou nisso mesmo, no projeto. Em 1830 falava-se novamente em dessecamento da várzea como uma das prioridades. Durante seis meses por ano a cidade continuava a alagar-se.

Em 1837, o problema voltou a ser apresentado à Câmara, deliberando-se que se fizesse um orçamento para a limpeza do córrego e aumento de suas margens nos lugares em que estivesse estreito. Mas somente doze anos depois seria concluída a retificação do Tamanduateí, segundo o Projeto Bresser. A correnteza foi afastada do sopé e cortadas as curvas (que eram sete) . Mas no ano seguinte, por ocasião de um temporal, transbordaram os tanques Reúno e do Bexiga, cresceram as águas do Tamanduateí — inundações, casas destruídas, gente morreu afogada. A cidade continuava carente. Em 1842 foi elaborado o primeiro projeto oficial para adução e distribuição de água, apresentado ao governo da Província pelo tenente José Joaquim Henriques, sem que fosse levado a efeito.

Dez anos depois, o engenheiro Afonso Miliet realizaria estudos para a substituição dos regos de alvenaria, na adução do Anhangabaú, pelo sistema de tubos de ferro. Cinco anos mais tarde, outro engenheiro, William Ellior, seria encarregado de realizar estudos para o aproveitamento das águas e do Tanque Reúdo -- não como surpresa, o projeto ficou inaproveitado. Em 1858 seria edificada a caixa d'água da rua Cruz Preta (Quintino Bocaiúva) por operários alemães. Ficava num tanque subterrâneo, com duas torneiras nas paredes dos fundos e porta para a rua das Sete Voltas. Funcionou durante 31 anos – foi fechada em 1899, pois um exame denunciou sujeira e nocividade à saúde.

E no entanto, não faltaram projetos. Em 1863/4 surgiu mais um: a possibilidade de adução das torrentes da Serra da Cantareira. Foi comissionado o engenheiro inglês James Brunless, para não só estudar o abastecimento de água mas também uma solução para os esgotos da capital. Auxiliado por seus colegas Hooper e Daniel Mackinson Fox, Brunless apresentou um relatório em que concluía ser preferida a água do ribeirão da Pedra Branca, na Cantareira, cuja boa qualidade tinha sido atestada pelo farmacêutico Gustavo Schaumann.

As despesas foram consideradas fabulosas para os recursos da Província – o abastecimento continuaria na mesma. Certamente os edis ficaram encantados com a idéia de que se necessitava de um sistema seguro, com tubos que permitissem sua limpeza interna, merecendo especial recomendação o sistema Chameroy, com paredes internas revestidas de uma camada de betume e porcelana vitrificada – mas cadê os recursos? E no entanto, a população crescia. Iniciava-se a imigração européia. Surgiam as casas públicas de banho. A mais famosa, Serêa Paulista, no nº 1 da rua São Bento, divulgava nos jornais da época as suas qualidades: “O proprietário da Serêa Paulista, homem conscientemente inimigo do verão e incansável antagonista do calor, abriu há tempos, na rua São Bento, uma casa onde encontra-se refrigério para o corpo e para a alma. Por 1\$500rs., banha-se o corpo em um oceano de água aromatizada, e afogam-se os calores do espírito com um sorvete. São recebidos, sem distinção, tanto protestantes como cathólicos, jesuítas e atheus. Todos são iguaes perante a tabella de preços”.

É por essa paulicéia que terá navegado o romântico Castro Alves em 1868, clamando “Deus! Ó Deus! onde estás que não respondes!”, já com uma ponta de saudades da Maria, Julieta, Marion ou Consuelo, quando então lhes deseja boa noite num poema.

Em meados do século XIX, vários fatores concorreriam para que se alterasse o panorama econômico e social do País e mais particularmente da Província de São Paulo. Um deles, o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do norte para as do centro-sul, acompanhado pela decadência da cana-de-açúcar e o desenvolvimento de uma cultura até então modesta: a do café. Até os dois primeiros terços do século XVIII, o café era apenas um medicamento à venda nas boticas. Em São Paulo, sua mais remota referência vem de 1788: à beira do Tietê frutificara o primeiro cafezal. Então, o futuro marechal José Arouche colhia café em sua chácara da Casa Verde, suficiente para o consumo familiar e para regalo de alguns parentes e amigos. No litoral paulista, dez anos depois, já se produziam 260 arrobas do “ouro verde”, como ficaria conhecido mais tarde.

Em princípios do século XIX, a cultura penetrou o chamado “norte de São Paulo”, iniciando-se por Bananal, Areias, Silveiras e Lorena, espalhando-se pelo vale do Paraíba. Em 1835/36, a colheita paulista chegava às 587.649 arrobas. Foi

Prédio da caixa d'água construído em 1858.



por essa época que os fazendeiros de Campinas começaram a substituir as plantações de cana pelos cafeeiros. Em 1843, São Paulo já era o maior centro produtor de café no Brasil, e nem a forte geada de 1850 fez desanimar os plantadores. Os cafezais avançavam. Eram novas minas de ouro que atraíam para os sertões o gênio empreendedor e aventureiro dos paulistas.

O desenvolvimento da lavoura cafeeira iria contribuir para ampliar os negócios dos muladeiros, que vendiam seus animais para as centenas de tropas necessárias ao transporte do café para o Rio de Janeiro, só mais tarde conduzido pelas estradas de ferro. E a construção de uma estrada de ferro significava muito para São Paulo – a empreitada foi entregue à firma Robert Sharp & Sons, que incumbiu o engenheiro James Brunless de completar o projeto preparado por Daniel Mackinson Fox, os dois da frustrada tentativa de solução do abastecimento de água.

A locomotiva da São Paulo Railway Co. que ligava Santos a Jundiá, 1867.



A construção da estrada de ferro foi uma grande batalha contra a Serra do Mar. Mas firmou o destino de uma São Paulo industrial, elevou Santos à categoria de primeiro porto brasileiro e abateu a pretensão de Campinas de erigir-se capital paulista.

Em 6 de setembro de 1865, a crônica registrava a festa de inauguração da ferrovia. O trem chegaria à estação da Luz procedente de Santos, mas descarrilhou no caminho, nas proximidades do Pari. Dizem que foi o primeiro desastre ferroviário do continente. A causa: excesso de velocidade. Onde se viu correr a 30 quilômetros por hora? Ainda mais com os vagões repletos de conselheiros do Império e mais gente importante. Houve quem culpasse o aterro do Tamanduateí. E o Conselheiro Brotero, que tinha o vício de trocar sílabas, declarou aos jornais de época: “Nada sofri, meus amigos. Milagrei escaposamente!”

Apesar dos sinais de vitalidade comercial, só no último quartel dos oitocentos é que se verificaria uma intensa ex-

“Usina de Esgottos da Cidade de São Paulo” construída em 1876 na Ponte Pequena, às margens do Tietê.



pansão do burgo paulistano. Com o processo da questão escravista, os fazendeiros foram obrigados a buscar força de trabalho, facilitando a imigração. De 1870 a 1874, São Paulo receberia 1.275 novos habitantes e nos cinco anos mais tarde o número de imigrantes registrados seria de 14.416. Por essa época, edificava-se no cruzamento das ruas Vinte e Cinco de Março e General Carneiro um mercado para o qual antigos vendedores levaram sua desordem e sujeira. As lojas principais, quase todas pertencentes a estrangeiros, ficavam em geral nas ruas do Rosário, Direita e da Quitanda, naquela mistura de ramos: panos, bugigangas, talhos de carne verde, secos e molhados, perfumes. As indústrias eram poucas, mas já se faziam necessárias – tanto que em 1885 São Paulo registraria 13 fábricas têxteis, com 1.670 operários, e três fábricas de chapéus, com 315 operários. No mesmo ano acusava-se a existência de sete empresas metalúrgicas, que reuniam 500 trabalhadores.

A água já se enquadrava num problema maior de saneamento básico.

Assentamento de cano de água na Rua da Conceição, 1893.



Em 1877, a população de São Paulo estava por volta de 50 mil habitantes. A questão do abastecimento atingia o nível de clamor público. Naquele ano, alguns capitalistas locais contrataram os serviços de engenheiros ingleses e, a 25 de julho, na rua São José, 19, era organizada a Companhia Cantareira de Água e Esgotos, dirigida, provisoriamente, pelo Barão de Três Rios, Rafael de Aguiar Paes de Barros e Clemente Falcão de Sousa Filho.

Um ano depois, o governo associou-se ao empreendimento, constituindo-se então uma verdadeira sociedade de economia mista. A partir daí, gradativamente os chafarizes e a distribuição por meio de carros-pipa foram sendo substituídos por ligações domiciliares de água, derivadas de canalizações distribuidoras assentadas nas vias públicas. Não faltaram festas na progressista comuna. A 27 de setembro de 1878, na presença do imperador D. Pedro II, do Dr. João Batista Pereira, presidente da Província, do Visconde de Sinimbu e demais autoridades, em terrenos da chácara do major Benedito Antonio da Silva, no alto da Consolação, foi fincada a pedra fundamental da primeira caixa de abastecimento de água para a cidade.

Ao reservatório da Consolação seriam conduzidas as águas dos ribeirões Toucinho e Iguatemi e do córrego Barro Branco. Em 1881, o reservatório estava cheio para, em setembro, começar a distribuição à população. Em março de 1882 estavam ligados à rede 113 prédios.

Um ano depois, a 1º de fevereiro de 1883, foi entregue ao público o primeiro distrito de esgotos de São Paulo, no bairro da Luz. Mas dez anos foram suficientes para tornar os serviços da Companhia Cantareira totalmente deficientes – a população ultrapassava os 65 mil habitantes. Diante das manifestações de desagrado da população, o governo da Província se viu obrigado a tomar para si o encargo da Companhia, até porque ela estava impossibilitada de levar adiante obras já contratadas. Criou-se, a 8 de fevereiro de 1893, a RAE - Repartição de Água e Esgotos.

O primeiro esforço da RAE foi fazer canalizações para regularizar o abastecimento de água em alguns bairros da cidade. Mas, para forçar os moradores de certos locais a ter água encanada, a Repartição mandou demolir alguns dos principais chafarizes que a Cantareira entregara ao público anos antes, além daqueles que havia nos largos do Carmo e do Rosário. Quando derrubavam este último, moradores e populares se opuseram com violência, resistindo até que a força policial entrasse em ação.

O chafariz do Rosário foi reconstruído três vezes. E havia merecido do poeta Luiz Gama, o abolicionista ferino, um poema publicado em 1876 em *O Polichinelo*. A sátira de Luiz Gama é uma crônica política da época.

O chafariz do Rosário

Luiz Gama

*O chafariz do Rosário,
Construído por três vezes,
Dentro de vinte e um meses,
É simulacro de aquário,
Feito só para entremezes.
Que ali nada cobre do povo,
coisa que bem se nota;
Sempre em remonte, é qual bota
Que ora em casa, ora na tenda,
Em dobadoura tremenda,
Cada vez mais se debruça,
E sôbre o salto empapuça,
Apesar de rosto novo.
Mas é caso mui notável
Que, para a linfa potável,
Se fizesse um momento
Com foros de catacumba!
Por cima enorme lanterna,
Com formato de zabumba,
Onde, do gás a luzerna
Finge um falso firmamento.
No centro quadrada tumba,
Com bronzeadas carrancas,
Que mais parecem caveiras,
Tendo na boca umas tranças,
Com pretensão de torneiras;*

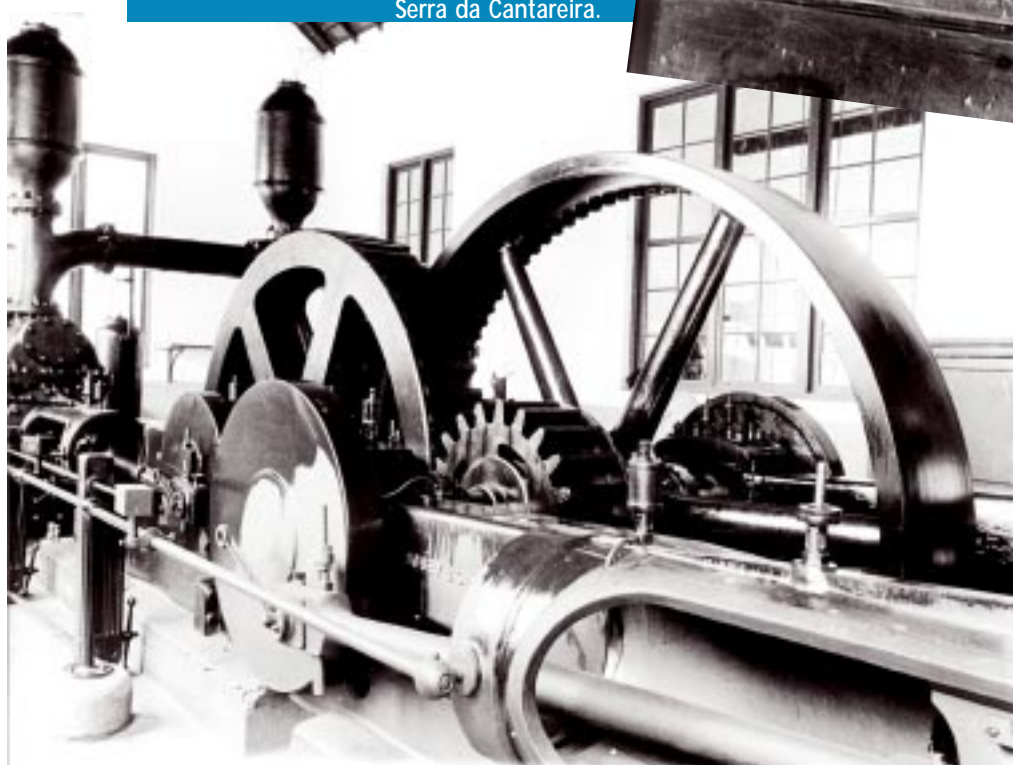
*Letreiro d'ouro elevado,
Em honra do sepultado;
Por baixo enorme bueiro;
— Está completo o carneiro !
É das obras da cidade
A de mor celebridade;
É chafariz de espavento,
Caprichado monumento,
Que há de além da eternidade
Guindar a fama das bicas,
Enchendo potes e pipas,
Alagando imensas tripas,
Em honra da Edilidade !
Obra grande, fulgurante,
Que a nascer fadou-se um Dante;
Obras de pedra e cimento,
Que um gênio fêz num rompante;
Obra de engenho casquilho,
De indicação do Portilho;
Obra de caco profundo,
Que exorna o globo rotundo;
Obra lustral chafariz,
Glória do Henrique Luís,
Que Roma afronta e Sevilha,
E que, de ser maravilha,
Escapara por um triz!*

Em 1890, São Paulo contava com 70 mil habitantes e o abastecimento com apenas duas adutoras, Ipiranga e Cantareira. A primeira fornecia 3 mil litros por dia de uma represa na Água Funda, servindo as zonas de além-Tamanduateí. A segunda provinha da Serra da Cantareira, fornecendo a mesma quantidade por dia ao reservatório da Consolação, que abastecia o centro da cidade. Era pouco.

Em 1893 seria inaugurada a adutora do Guaraú, com 13.397 metros de tubos de 60 centímetros até o reservatório da Consolação. Ainda era pouco. Um ano depois, captavam-se os mananciais Cassununga, Campo Redondo e Engordador, reunidos numa caixa de junção – denominada Guapira –, e as águas aduzidas para um novo reservatório no antigo Largo 13 de Maio (hoje praça Amadeu Amaral).

Em fins de 1894, o suprimento local de água fornecida à cidade era de 27 mil litros por dia, mas a população tinha saltado para

Casa de bomba na Barragem do Engordador,
Serra da Cantareira.



160 mil habitantes. A defasagem era gritante, numa cidade em que, apesar de suas deficiências, a Companhia Viação Paulista registrou, naquele ano, 17.742.223 passageiros em suas linhas de bondes a burro. Uma cidade que já havia inaugurado a sua Companhia Paulista de Eletricidade seis anos antes, para gáudio de “uma compacta multidão de cidadãos e senhoras, atraídos para contemplarem o mágico e deslumbrante efeito da iluminação”, segundo registrou o cronista J.J. Ribeiro.

Nos anos seguintes, 1895 a 1898, foram completadas as aduções de todos os recursos hídricos da Serra da Cantareira, construindo-se novo reservatório na Consolação, agora com capacidade para 19 milhões de litros. Em 1898, era o aproveitamento das sobras do Engordador, na ala esquerda da Cantareira, e do Tanque Velho, no Ipiranga. Iniciava-se também a captação de águas do Tietê, na altura do Belenzinho, recalçadas para a zona baixa do Brás, depois de passadas por galeria filtrante.

São Paulo tinha pressa. Mas já em 1899 eram insuficientes as providências tomadas ...

“Pessoal auxiliar técnico da canalização da cidade”, segundo legenda de foto de 1893.



A RAE fora separada, em 1898, da Superintendência de Obras Públicas, ficando sob a chefia do engenheiro Theodoro Sampaio, que desde três anos antes cuidava de seus serviços. Não terá faltado boa vontade ao famoso engenheiro, mas que fazer diante das necessidades de bairros populosos e ainda sem abastecimento de água, como Perdizes, Água Branca, Lapa, Cerqueira César e Vila Mariana?

E já em 1900, o crescimento da cidade acusava 231.820 habitantes, tornando deficientes todas as instalações, obrigando a captação em novos mananciais e ampliação das redes distribuidoras. O alvorecer do novo século via uma cidade que inaugurava a primeira linha de bonde elétrico. O escritor Oswald de Andrade se lembraria: “Uma febre de curiosidade tomou as famílias, as casas, os grupos. Como seriam os novos bondes que andavam magicamente, sem impulso exterior? [...] A cidade tomou um aspecto de revolução. Todos se locomoviam, procuravam ver [...] E ficou pelo ar, ante o povo boquiaberto que rumava para as casas, a atmosfera dos grandes acontecimentos. Nas ruas, os acendedores de lampião passavam com suas varas ao ombro acendendo os acetilenos da iluminação pública”. Um ano depois, a Light inaugurava sua primeira usina hidrelétrica, em Parnaíba, onde havia uma queda de água. Passam-se sete anos para o represamento do rio Guarapiranga, na cabeceira do Pinheiros, com o fim de compensar as descargas mínimas do Tietê durante as estiagens, na usina de Parnaíba. Um lago com capacidade para acumular 196 milhões de metros cúbicos de água.

Não se pode dizer que não fosse bastante água, diante das carências de uma cidade onde, em 1903, houvera uma grave crise no abastecimento durante o período de estiagem – e foi por essa época que o engenheiro Euclides da Cunha realizou estudos para o apro-



veitamento da bacia do Rio Claro. Mas o aproveitamento de Guarapiranga como manancial só ocorreria 25 anos depois, com um acordo pelo qual o governo do Estado ficaria autorizado a retirar da represa 4 metros cúbicos de água por segundo para abastecimento.

Reservatório Liberdade, na atual Praça Amadeu Amaral. Foto de Guilherme Gaensly, demonstrado por cartão postal da época.





Avenida Paulista, 1905, no quadro de Oscar Pereira da Silva.